



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES

PROCESSO

Nº 3.270/2025

NOME: Câmara Municipal

SÚMULA: Projeto de Lei Nº 3.270/2025

ASSUNTO: Autoriza o Executivo Municipal a
firmar contratos temporários de
trabalho.

DESTINO:



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES TAVARES - RS

"O PARLAMENTO ABERTO PARA O POVO"

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer nº 104/2025

A Comissão permanente acima citada reuniu-se nesta data, para emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 3.270/2025 encontra-se viável para votação em plenário.

Sala da Comissão, 08 de dezembro 2025.


Elis Rodrigues
Presidente CCJ


Jardeir Porto
Relator CCJ


Leone Machado
Secretario CCJ

Parecer Aprovado

(03) a (00)

OBS....

Porto Alegre, 3 de dezembro de 2025.

Orientação Técnica IGAM nº 24.691/2025.

I. A Câmara Municipal de Tavares solicita orientação técnica quanto à constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 3.270, de 2025, que autoriza o Executivo Municipal a contratar, por tempo determinado, três merendeiras para atuação na EMEI Vó Angelina Menegatti Costa.

II. A contratação temporária é um dos meios de solucionar uma situação excepcional e urgente que surge no município sem precisar realizar o concurso público. Contudo, essa modalidade não pode substituí-lo, sendo necessário fazer o concurso, caso a necessidade do profissional seja permanente. O respaldo legal para esta contratação está no inciso IX, do art. 37, da Constituição Federal. No âmbito municipal, o Regime Jurídico de Tavares, Lei nº 1.776, de 2014, dispõe sobre o tema a partir do art. 195¹.

No caso concreto, o Poder Executivo pretende contratar três merendeiras para a EMEI Vó Angelina Menegatti Costa. A justificativa, entretanto, descreve apenas o encerramento dos contratos vigentes e a necessidade de recomposição para continuidade dos serviços no início do próximo ano letivo. Nesse sentido, recomenda-se um melhor detalhamento das motivações.

O prazo fixado (art. 4º) — um ano prorrogável por mais um — coincide com o limite considerado razoável pelo STF. Há também definição do método de seleção (Processo Seletivo, art. 5º), reforçando o princípio da impessoalidade.

Por fim, fica o alerta para a necessidade de realização de concurso público, visto que se trata de uma nova contratação temporária sucessiva, caracterizando como demanda ordinária.

¹ <https://leismunicipais.com.br/a1/estatuto-do-servidor-funcionario-publico-tavares-rs>

III. Conclusão

O Projeto de Lei nº 3.270, de 2025, fruto de análise desta orientação, é viável. Contudo, recomenda-se que a justificativa seja aprimorada e haja estudos para elaboração de novo certame.

O IGAM permanece à disposição.

A handwritten signature in dark ink, appearing to read "Jéssica Xarão". The signature is fluid and cursive, with the first name "Jéssica" and the last name "Xarão" clearly distinguishable.

JÉSSICA XARÃO DE OLIVEIRA

OAB/RS 99.940

Consultora Jurídica do IGAM



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS
PROJETO DE LEI Nº 3.270/25

Senhora Presidente,
Senhores Vereadores:

Encaminhamos o presente Projeto de Lei nº 3.270/2025 de 03 (três) merendeiras(o), com carga horária semanal de 35 horas, para atuarem na EMEI Vó Angelina Menegatti Costa.

Justificamos tal solicitação devido ao encerramento dos contratos temporários vigentes na rede municipal de ensino no ano de 2025 e considerando o início do próximo ano letivo, 2026, previsto para o mês de fevereiro, para o qual está secretaria por meio de suas escolas municipais necessita desses profissionais, afim de executarem suas atividades dando sustentabilidade ao atendimento aos estudantes.

Na certeza de contarmos com a colaboração dos Nobres Pares deste Colendo Poder Legislativo, renovo à V. Ex^{as}. nossos protestos de apreço e elevada consideração.

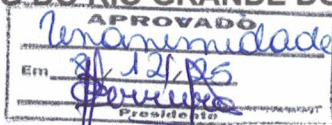
Tavares, 27 de novembro de 2025.


Gilmar Ferreira de Lemos
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



Antônio Carlos Antunes P
Vereador

Protocolo
4645/2025
Protocolado em 27/11/25
Rafael V.
Secretário

PROJETO DE LEI Nº 3.270
DE 27 DE NOVEMBRO DE 2025

**AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A
FIRMAR CONTRATOS TEMPORÁRIOS DE
TRABALHO.**

Elis Regina Lemos Ro
Vereadora
PROGRESSISTA

Art.1º - Fica o Poder Executivo Municipal de Tavares, autorizado a contratar temporariamente com base no art. 37, Inciso IX, da CF/88 e art.195 e seguintes da Lei nº. 1.776/2014, 03 (três) merendeiras(o), com carga horária semanal de 35 horas, para atuar na EMEI Vó Angelina Menegatti Costa.

Art.2º - A remuneração será efetuada através de folha de pagamento, correndo as despesas por conta da seguinte dotação orçamentária:

05- Secretaria Municipal de Educação
1500 – MDE: Detalhamento 1020
3556 – Manutenção das Creches Municipais - MDE
319004- Contratação por Tempo Determinado

Enio Vieira Cha
Vereador

Izabel Rosa da
Vereadora
MDB

Art.3º - O servidor contratado por prazo determinado perceberá remuneração idêntica à fixada para o cargo permanente do quadro de pessoal do órgão contratante, nos termos do art.198, da Lei nº. 1.776/2014 (Regime Jurídico).

Art.4º - A contratação será de 01(um) ano, podendo ser prorrogado por mais 01(um) ano em caso de real necessidade administrativa.

Jardel Antunes
Vereador
PROGRESSISTA

Art.5º - O servidor será contratado através do Processo Seletivo.

Art.6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAVARES, aos 27 dias do mês de novembro de 2025.

Leone Ma
Vereador

Gilmar Ferreira de Lemos
Prefeito Municipal

Nardel Rodrigues
Vereador
PDT

Volmir Vie
Vereador

